

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Seqüencial:

Concurso Público

Ingresso na Titularidade dos Serviços Notariais e de Registro

Caderno de Prova Objetiva

Aplicação: 10/12/2006

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cem itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 100.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I 12/12/2006, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjsenot2006.
- II 13 e 14/12/2006 – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjsenot2006.
- III 11 e 12/12/2006 – Prazo de entrega de documentos para a avaliação de títulos.
- IV 9/1/2007 – Resultado final da prova objetiva e resultado provisório da avaliação de títulos: Diário da Justiça do Estado de Sergipe e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjsenot2006.
- V 10 e 11/1/2007 – Recursos (avaliação de títulos): local mencionado no item II.
- VI 25/1/2007 – Resultados finais da avaliação de títulos e do concurso: locais mencionados no item IV.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1/2006 – TJSE, de 31/10/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjsenot2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 100** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA

Texto para os itens de 1 a 10

1 O Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB),
seção de São Paulo, em parceria com o Colégio Notarial do
Brasil, também seção de São Paulo, e com o apoio da
4 Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo, congrega
esforços para promover e realizar seminários de direito
notarial e registral no estado, visando o aperfeiçoamento
7 técnico de notários e registradores e a reciclagem de
prepostos e profissionais que atuam na área. Os objetivos
perseguidos pelas entidades representativas de notários e
10 registradores bandeirantes são o aperfeiçoamento dos
serviços, a harmonização de procedimentos, buscando
uma regulação uniforme nas atividades notariais e registrais.
13 O IRIB e o Colégio Notarial sentem-se orgulhosos
de poder contribuir com o desenvolvimento das atividades
notariais e registrais do estado.

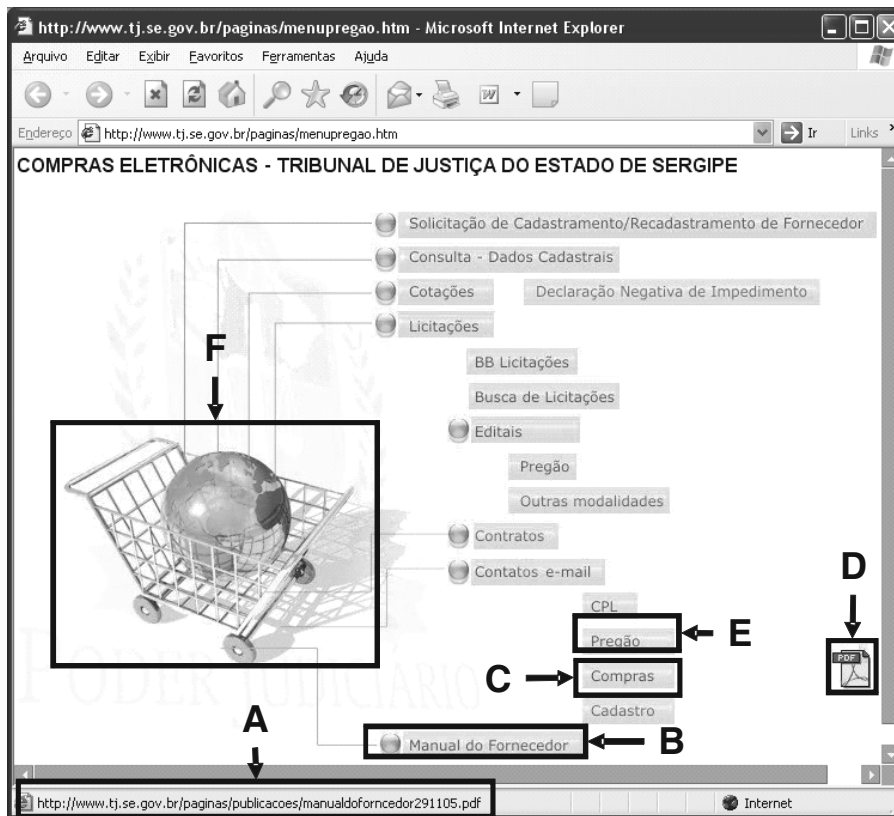
Internet: <www.educartorio.com.br.> (com adaptações).

Considerando os princípios de tipologia textual e de redação oficial, julgue os itens subseqüentes, relativos ao texto.

- 1 Pela estrutura do texto, narrativo por excelência, depreende-se que se trata da notícia de um evento que provavelmente irá ocorrer no estado de São Paulo.
- 2 A palavra “prepostos” (l.8), formada pelo prefixo “pre” mais o particípio do verbo **pôr** — “postos” —, refere-se às entidades anteriormente citadas, quais sejam: Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, Colégio Notarial do Brasil e Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo.
- 3 A referência aos “objetivos perseguidos” (l.8-9) faz parte de uma passagem descritiva do texto.
- 4 Em um ofício circular que encaminhasse um convite à participação de instituições públicas civis do estado de São Paulo no congresso citado, o último período do texto (l.13-15) deveria constar do fechamento.

Com base nas estruturas lingüísticas do texto, julgue os itens a seguir.

- 5 As expressões “em parceria” (l.2) e “com o apoio” (l.3) exercem a função sintática de adjunto adverbial de companhia e, por isso, podem ser substituídas, sem prejuízo do sentido, por **juntamente**.
- 6 O trecho “congrega esforços para promover e realizar seminários” (l.4-5) tem seu sentido preservado na seguinte construção sintática: reúne iniciativas para a promoção e a realização de eventos.
- 7 As passagens “o aperfeiçoamento técnico” (l.6-7) e “a reciclagem” (l.7) podem ser substituídas, respectivamente, no contexto, por **à qualificação técnica e ao aprimoramento**.
- 8 Os seguintes vocábulos do texto são acentuados devido à mesma regra: “Imobiliário”, “Colégio”, “seminários”, “notários” e “área”.
- 9 Na linha 11, apenas a primeira vírgula não pode ser suprimida do texto, pois está separando termos da mesma função sintática.
- 10 Na linha 13, a palavra “orgulhosos” é um adjetivo que está, no contexto, exercendo a função sintática de predicativo de “IRIB” e “Colégio Notarial”, ambos objetos diretos.

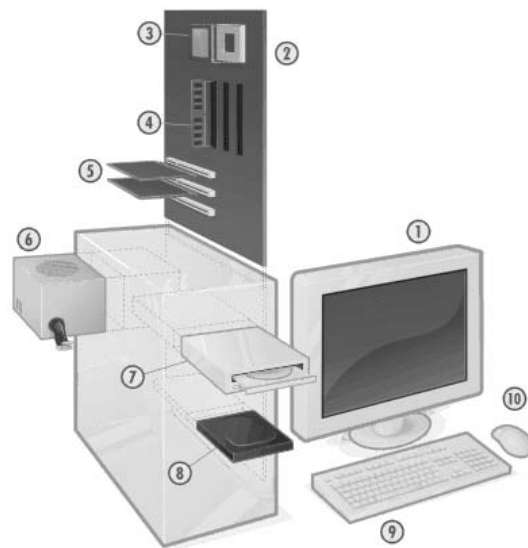


A figura acima apresenta uma janela de aplicativo, com informações obtidas a partir do sítio www.tj.se.gov.br. Na figura, encontram-se destacadas seis regiões, nomeadas de A até F. Quando o usuário passa o *mouse*, seqüencialmente, sobre as regiões B, C, D, E e F, aparecem, na região A, os seguintes textos, respectivamente:

- B <http://www.tj.se.gov.br/paginas/publicacoes/manualdofornecedor291105.pdf>
- C <http://www.tj.se.gov.br/paginas/pregao1.htm>
- D <http://www.brasil.adobe.com/products/acrobat/readstep2.html>
- E <mailto:compras@tj.se.gov.br>
- F <http://www.tj.se.gov.br/paginas/menupregao.htm>

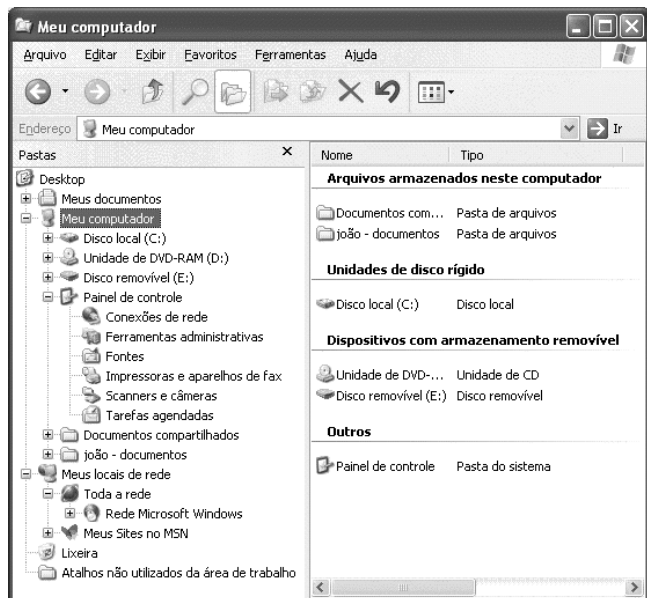
De acordo com essas informações e considerando conceitos e serviços relacionados a Internet e *intranet*: correio eletrônico e navegador, na situação mostrada na figura, é correto inferir que um clique sobre a região

- 11 B resultará na abertura de um documento no formato pdf.
- 12 C ou sobre a região D resulta na abertura de documento em formato html, ambos originados do sítio *web* www.tj.se.gov.br.
- 13 E abrirá uma janela de um sistema de *webmail*, capaz de enviar um *e-mail* para o endereço compras@tj.se.gov.br.



A figura acima, obtida no sítio www.wikipedia.org, apresenta uma visão esquemática de um conjunto de partes que compõem um computador, na qual se destacam partes numeradas de 1 a 10. Julgue os itens que se seguem, acerca das informações apresentadas e dos conceitos de *software* e *hardware*; microcomputador: configuração básica e componentes; periféricos: aplicações e funcionamento básico e procedimento para realização de cópia de segurança (*backup*).

- 14 São considerados dispositivos de entrada ou de saída de dados: 6, 7, 8, 9 e 10.
- 15 A capacidade ou velocidade dos dispositivos 3, 4, 6, 7 e 8 é usualmente medida usando-se as seguintes unidades, respectivamente: *megabyte*, *megabyte*, *volt*, *megabyte* e *gigabyte*.



A figura acima apresenta dados de um aplicativo do Windows. Julgue os itens subsequentes, acerca das informações apresentadas e dos conceitos de sistemas operacionais, de organização de arquivos e métodos de acesso.

- 16 Os arquivos produzidos pelo usuário João, apresentados na pasta “joão – documentos”, também podem ser vistos a partir da pasta “Meus documentos”.
- 17 Os arquivos e pastas removidos pelo usuário são permanentemente mantidos na pasta “Lixeira”.
- 18 A este computador está conectado algum dispositivo de armazenamento removível de alguma classe, como um dispositivo de memória *flash* (*pen drive*), HD ou unidade de fita, que usualmente se conecta ao computador por meio de uma porta USB.



A figura acima apresenta uma janela do aplicativo Word. Julgue os itens 19 e 20, acerca das informações apresentadas e dos conceitos do sistema operacional Windows; MS Office (Word e Excel).

- 19 O pressionamento do ícone no canto superior direito da janela, provocará o imediato salvamento do documento em edição e, em seguida, o encerramento do aplicativo.
- 20 Quando se edita um documento em Word anteriormente gravado em disco, a seqüência de comandos de teclas: , , , , , , e produzirá como resultado final um documento vazio e armazenado em disco.

Acerca do direito das sucessões, julgue os itens a seguir.

- 21 Nas disposições testamentárias, o testador pode exigir uma contraprestação para que o contemplado possa receber o legado ou a herança. Esse encargo não deve ser superior à liberalidade e pode ser instituído em benefício do testador ou de um terceiro por ele indicado.
- 22 Se o legatário vier a falecer antes do testador, a cláusula testamentária que o beneficia, independentemente de qualquer declaração quanto à eventual substituição do legatário, é automaticamente transferida a seus herdeiros.
- 23 O companheiro sobrevivente é herdeiro necessário e participa da sucessão do outro quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável. Esse companheiro concorre com os filhos comuns ou do *de cuius* e com os ascendentes desse e, na inexistência de todos eles, tem direito à totalidade da herança.

A respeito dos contratos, julgue os itens que se seguem.

- 24 O contrato bilateral cria obrigações para ambas as partes, e as obrigações são recíprocas e interdependentes. Em decorrência dessa interdependência, cada contratante não pode, antes de cumprir sua obrigação, exigir do outro o cumprimento da que lhe cabe.
- 25 Nos contratos celebrados entre pessoas presentes, a proposta tem força obrigatória mesmo que seja feita sem prazo ou que não seja imediatamente aceita. Por força dessa vinculação, a proposta cria uma relação jurídica e sujeita o inadimplente à composição dos prejuízos por meio de indenização por perdas e danos.
- 26 A promessa de fato de terceiro consiste na obrigação assumida pelo promitente em face do promissário de obter o consentimento do terceiro em se obrigar a prestar algo em seu favor. Assim, quem se obriga é o promitente, e não o terceiro, que somente passa a se vincular perante o promissário quando expressa o seu consentimento.

Quanto ao bem de família, julgue os itens subsequentes.

- 27 O bem de família, quer seja voluntário ou legal, institui-se com o registro da escritura pública no registro imobiliário competente. Esse bem permanece vinculado enquanto viver um dos cônjuges ou enquanto existirem filhos menores ou incapazes.
- 28 O imóvel, urbano ou rural, destinado à moradia da família é impenhorável. Por essa característica, não responde por dívida civil ou bancária, mesmo quando se tratar de obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.

Acerca da propriedade imobiliária, julgue os itens a seguir.

- 29** A validade do registro imobiliário é sempre condicionada ao conteúdo do título translativo da propriedade e os vícios originários desse título se transmitem junto à cadeia de adquirentes.
- 30** Entre as causas de perda da propriedade está a usucapião que, sendo ordinária, exige a prova do justo título e da boa-fé e consuma-se no prazo de dez anos de posse ininterrupta, sem oposição e exercida com o ânimo de dono.

Com relação aos recursos no processo civil, julgue os itens seguintes.

- 31** Tem legitimidade para interpor recurso de apelação contra a sentença proferida no processo de dúvida registrária, além do apresentante do título, o terceiro prejudicado, o Ministério Público e o notário ou o registrador que suscitou a dúvida.
- 32** O efeito devolutivo do recurso importa devolver ao órgão revisor da decisão a matéria impugnada com seus limites e fundamentos. A extensão desse efeito compreende a própria impugnação, pois aplica-se ao órgão *ad quem* o princípio da adstrição, segundo o qual não lhe é lícito ultrapassar os limites da impugnação.
- 33** O recorrente pode desistir do recurso interposto, com a anuência do recorrido, ainda que se trate de recurso voluntário ou oficial, isto é, aquele interposto pelo representante do Ministério Público. Essa desistência importa em extinção do procedimento recursal, por perda superveniente do objeto.

A respeito da competência do juízo cível, julgue os itens que se seguem.

- 34** A competência estabelecida segundo o critério funcional tem natureza absoluta. Esse critério é estabelecido sempre que o legislador impõe alteração de competência no mesmo processo, em razão das funções exercidas pelo juiz em fases distintas, ou vincula um processo a outro pelo mesmo motivo.
- 35** A competência do juízo é pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Assim, constitui dever legal do juiz o reconhecimento, de ofício, em qualquer fase processual, da incompetência relativa ou da absoluta e a determinação de se remeterem os autos ao juízo competente.

Em relação ao processo de execução e aos embargos do devedor, julgue os itens subseqüentes.

- 36** Na execução contra devedores solidários em que são penhorados bens de apenas um deles, fica garantido o juízo, o que enseja a qualquer um desses devedores, isoladamente ou em conjunto, a apresentação de embargos à execução.
- 37** Se, na ação de execução por título extrajudicial, depois de efetivado o arresto, o devedor não for encontrado, e, permanecer inviável sua localização, admite-se a citação por edital.

Quanto aos sujeitos do processo, julgue os itens a seguir.

- 38** Em regra, a titularidade da ação vincula-se à titularidade do pretendido direito material subjetivo envolvido na lide. Por exceção e nos casos expressamente autorizados em lei, admite-se a substituição processual, que consiste em demandar a parte, em nome próprio e seu interesse, em defesa de pretensão alheia.
- 39** É obrigatória a intervenção do Ministério Público, como fiscal da lei, em todo e qualquer procedimento de jurisdição cautelar, porque nesse procedimento não é assegurado o princípio do contraditório, notadamente em virtude da concessão da medida cautelar liminarmente, isto é, sem ouvir o réu.
- 40** São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo submeter-se às ordens contidas nos provimentos judiciais de natureza mandamental e assegurar exequibilidade dos provimentos judiciais. Ressalvados os advogados, e nos atos restritos à sua atividade profissional, o desatendimento desse dever constitui ato atentatório ao exercício de jurisdição.

A respeito dos serviços notariais, julgue os próximos itens.

- 41** Embora os emolumentos se prestem a remunerar serviços públicos, eles não têm a natureza de taxa.
- 42** A vinculação existente entre os emolumentos cobrados e a sua destinação aos serviços prestados impede que parte da sua arrecadação seja destinada a fundo especial para o aperfeiçoamento das atividades de juizados especiais cíveis e criminais.
- 43** Apesar de os serviços notariais serem exercidos em caráter privado, o Poder Judiciário detém competência constitucional para fiscalizá-los.
- 44** O produto de custas e emolumentos não pode ser destinado ao custeio de entidades meramente privadas, como, por exemplo, caixas de assistência a advogados.
- 45** Exercidos em caráter privado, os emolumentos cobrados pelos serviços notariais não se sujeitam ao princípio da legalidade tributária.

Julgue os itens subseqüentes à luz da Constituição Federal.

- 46** Há responsabilidade objetiva do Estado por dano causado por serventuário, pois os serviços notariais são exercidos por delegação do poder público.
- 47** A responsabilidade civil por ato ilícito praticado por oficial do registro de imóveis não é pessoal e, por isso, alcança o seu sucessor na serventia.
- 48** O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.
- 49** A aposentadoria por implemento de idade se aplica aos serviços notariais e de registro, que são realizados por ocupantes de cargos efetivos.
- 50** O Ministério Público, a advocacia e a defensoria pública constituem funções essenciais à justiça.
- 51** O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 52** O mérito do ato administrativo consiste na possibilidade que tem a administração pública de valorar os motivos e escolher o objeto do ato, quando autorizada a decidir sobre a sua conveniência e oportunidade.
- 53** A presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos depende de norma infraconstitucional que a estabeleça.
- 54** Os atos ordinatórios visam disciplinar o funcionamento da administração e a conduta funcional de seus agentes. Por isso, em regra, criam direitos e obrigações também para os particulares que dependam dos serviços desses agentes.
- 55** A administração pública pode praticar atos ou celebrar contratos em regime de direito privado, como nos casos em que assina uma escritura de compra e venda ou de doação.
- 56** A licença, a autorização, a permissão, a aprovação e a homologação são exemplos de atos administrativos negociais.

De acordo com a Constituição Federal, julgue os seguintes itens.

- 57** Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- 58** Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração não se aplica o regime geral da previdência social.
- 59** A Corregedoria-Geral de Justiça, órgão com jurisdição em todo o estado de Sergipe, é responsável pelo controle, fiscalização, orientação e instrução dos serviços jurisdicionais e administrativos da justiça do 1.º grau.
- 60** As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, desde que haja, qualquer que seja a hipótese, dolo ou culpa.

Lucas e Caio constituíram a sociedade Comando Serviços Gerais Ltda., cujo objeto principal é a prestação de serviços de limpeza e conservação. A publicação da inscrição do contrato social da referida sociedade empresária, no registro competente, se deu no dia 3/5/2006. Contudo, o referido instrumento portava defeito quanto à discriminação do capital social.

Tomando como parâmetro inicial a situação hipotética acima descrita, julgue os itens seguintes, acerca da disciplina jurídica do empresário e da sociedade empresária.

- 61** A empresa é o complexo de bens de Comando Serviços Gerais Ltda. por meio dos quais a sociedade presta os serviços de limpeza e conservação.
- 62** Segundo a teoria individualista, uma das que tentam explicar a natureza da personalidade das pessoas jurídicas, Lucas e Caio são detentores de personalidade e não a sociedade constituída por eles.
- 63** O direito de anular a constituição da sociedade Comando Serviços Gerais Ltda., pelo defeito de seu ato constitutivo, decairá no prazo de 3 anos a contar do dia 3/5/2006.

- 64** Após o regular arquivamento do contrato social de Comando Serviços Gerais Ltda. no Registro Público de Empresas Mercantis, somente poderão obter certidões acerca do referido instrumento os sócios e aqueles que provarem legítimo interesse, mediante deferimento de requerimento formal endereçado à junta comercial competente, no caso destes últimos.

Quanto à disciplina jurídica das sociedades anônimas, julgue o item abaixo.

- 65** Considere que três dos acionistas de certa sociedade anônima não tenham integralizado as ações por eles subscritas. Nesse caso, os demais acionistas são solidariamente responsáveis pelo valor das ações subscritas e não integralizadas.

José firmou contrato de cartão de crédito com certa administradora. Ao tentar efetuar a compra de um veículo automotor, em valor bem inferior ao crédito concedido, a concessionária, credenciada perante a administradora do cartão de crédito, se recusou a levar a efeito a venda.

Tendo como motivação inicial a situação hipotética acima descrita, julgue os itens subseqüentes, acerca da disciplina normativa do contrato de cartão de crédito.

- 66** Mesmo credenciada pela administradora do cartão de crédito, a concessionária pode se recusar a vender o veículo automotor, não tendo qualquer responsabilidade perante José.
- 67** Por ser considerada uma instituição financeira, a administradora do cartão de crédito deve conservar sigilo em suas operações e serviços.

Joana vendeu alguns produtos de beleza a Inácia e, como a compradora não dispunha da quantia devida no momento da formalização da avença, firmou nota promissória com prazo de vencimento a certo termo de vista. Em razão do elevado valor dos produtos, Joana exigiu que o título de crédito fosse avalizado.

Considerando essa situação hipotética e com fulcro nas normas que regem os títulos de crédito, julgue os itens que se seguem.

- 68** A nota promissória emitida por Inácia é pagável à vista, pois a Lei Uniforme não admite a emissão de nota promissória com vencimento a certo termo de vista.
- 69** Para ter validade, o aval prestado na nota promissória emitida por Inácia poderá se dar com a simples assinatura do avalista no verso ou no anverso do próprio título.

O item seguinte apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da disciplina normativa da falência das sociedades empresárias.

- 70** Determinada sociedade empresária, constituída há mais de 5 anos, tem-se esquivado de efetuar o pagamento de vários títulos executivos protestados, sem relevante razão de direito, cuja soma é de cerca de R\$ 13.980,00. Nessa situação, requerida a falência da sociedade empresária, o juízo competente não poderá decretá-la, por ausência de requisitos legais.

O item a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, relativa ao Sistema Tributário Nacional.

71 No dia 10 de novembro de 2006, um município localizado no estado de Goiás publicou lei que alterou o valor venal dos imóveis localizados em seu território, majorando, portanto, o valor do imposto incidente sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU). Nessa situação, a nova lei tributária será plenamente eficaz a partir do primeiro dia do exercício seguinte.

Em junho de 1997, Jonas firmou contrato de comodato com certo partido político, tendo como objeto um bem imóvel de sua propriedade, para que a entidade pudesse instalar sua sede pelo prazo de 10 anos. Em outubro de 2006, Jonas foi surpreendido com mandado de execução fiscal, visando à cobrança do IPTU, quanto ao imóvel objeto do contrato de comodato, pois o partido político não havia efetuado o pagamento do referido tributo desde o início de suas atividades.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem, acerca das normas que regem a execução fiscal.

72 O partido político, comodatário, não é contribuinte do IPTU incidente sobre o imóvel que ocupa.

73 Para garantir a execução, Jonas poderá oferecer fiança bancária.

74 Eventual exceção de suspeição apresentada por Jonas será argüida como matéria preliminar e processada e julgada juntamente com os embargos opostos.

Em 5/1/2006, a Central do Esporte Ltda., pessoa jurídica que atua no ramo de compra e venda de artigos esportivos, adquiriu o estabelecimento empresarial de Alfredo Mecânica de Automóveis Ltda., sociedade com domicílio no estado de Minas Gerais. Ocorre que a alienante está em débito com a fazenda pública, quanto ao pagamento do ICMS, desde 2004. Em setembro de 2006, a pessoa jurídica Alfredo Mecânica de Automóveis Ltda. retomou suas atividades, no mesmo ramo de atividade antes explorado.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes, acerca da responsabilidade e do crédito tributários.

75 A pessoa jurídica Central do Esporte Ltda. possui responsabilidade subsidiária pelo pagamento dos tributos devidos por Alfredo Mecânica de Automóveis Ltda., até 5/1/2006.

76 Se o estado de Minas Gerais conceder moratória individual, quanto ao ICMS devido por Alfredo Mecânica de Automóveis Ltda., considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário.

Julgue os itens a seguir, relativos ao imposto de transmissão *inter vivos* (ITBI), ao imposto de transmissão *causa mortis* e doação (ITCMD) e ao imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR).

77 Considere a seguinte situação hipotética.

A pessoa jurídica Limeira Olaria Ltda., que tem como atividade preponderante a fabricação de tijolos e telhas, incorporou a pessoa jurídica Casa Firme Imobiliária Ltda., que atua no ramo de compra e venda de bens imóveis. Na transação, houve a transmissão de um prédio localizado no centro de Belo Horizonte.

Nessa situação, não será devido o ITBI pela incorporadora, Limeira Olaria Ltda.

78 Considere que Adriano tenha falecido em São Paulo, tendo seu inventário sido processado em Brasília – DF, onde era domiciliado. Ele possuía um apartamento no Amazonas e um automóvel no Espírito Santo. Nessa situação, o ITCMD relativo à totalidade dos bens de Adriano deverá ser recolhido para o Distrito Federal.

79 A base de cálculo do ITR relativo a imóvel localizado em área rural do estado de São Paulo será o valor venal do bem, devendo-se considerar o valor das construções, instalações, benfeitorias, culturas e pastagens.

Acerca da disciplina da repetição do indébito tributário, julgue o item seguinte.

80 Considere que o Posto Alvorada Ltda., pessoa jurídica que atua com a venda de combustível no varejo, tenha recolhido a COFINS e o PIS em valor superior ao devido, durante um período de 2 anos. Nessa situação, o Posto Alvorada Ltda. não possui legitimidade ativa para pleitear a restituição da COFINS e do PIS recolhidos indevidamente.

No que se refere ao serviço de protesto de títulos e outros documentos de dívida, julgue os itens que se seguem.

81 O protesto por falta de aceite ou por devolução somente pode ser efetuado até o respectivo vencimento da obrigação e decorrido o prazo legal para o aceite ou a devolução.

82 O protesto extrajudicial, por si só, não se presta a constituir direito nem a suspender e interromper a prescrição cambiária ou civil, mas apenas a constituir em mora o devedor e a provar a inadimplência ou o descumprimento de obrigação do devedor.

83 O processo de dúvida não se estende aos casos oriundos dos cartórios de protesto, pois os direitos neles discutidos são atos de comércio entre pessoas capazes, portanto, de ordem patrimonial e disponível.

Acerca do registro de imóveis, julgue os itens a seguir.

- 84** O livro de registro geral é destinado à matrícula dos imóveis e ao registro ou à averbação de outros atos que, apesar de não terem relação direta com o imóvel matriculado, por exigência legal são averbados no cartório imobiliário, como, por exemplo, as convenções de condomínio, os pactos antenupciais, a instituição de bem de família e a cédula de crédito hipotecário.
- 85** Considere que tenha sido lavrada escritura pública de compra e venda de bens imóveis na qual o estado civil do comprador tenha constado como casado sob o regime da comunhão de bens, quando o correto deveria ter sido viúvo. Nessa situação, o erro deve ser corrigido com a lavratura de outra escritura pública.
- 86** A extinção do usufruto por morte do usufrutuário independe de sentença judicial para ser reconhecida, podendo ser averbada mediante simples requerimento instruído com a respectiva certidão de óbito e os demais documentos necessários.
- 87** O contrato de locação de bens imóveis por prazo determinado pode ser registrado no registro de imóveis da respectiva circunscrição quando o instrumento contenha, além dos requisitos legais, cláusula de vigência em caso de alienação, para efeito de direitos de preferência.
- 88** Se o título apresentado para apontamento não demonstrar de plano que a prioridade do direito nele representado decorre de uma precedência, o oficial pode recusar a apresentação do título, deixando de lançá-lo no protocolo.

A respeito do registro civil das pessoas naturais, julgue os itens seguintes.

- 89** O prenome de pessoa natural pode ser alterado por opção do interessado, independentemente de autorização judicial, desde que requerido no primeiro ano após ser atingida a maioria civil. Permite-se, ainda, a alteração, mediante autorização judicial, quando o nome expuser ao ridículo o seu titular.
- 90** A emancipação, voluntária ou judicial, será registrada, em livro especial, no cartório do 1.º ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária da comarca do domicílio do menor. Quando essa for diversa da comarca em que foi registrado, se fará menção no registro e a emancipação será anotada, com remissões recíprocas, no assento de nascimento.
- 91** Deferida a adoção pelo juiz, a sentença respectiva terá efeito constitutivo, devendo ser averbada, mediante mandado, no registro civil do domicílio dos adotantes, expedindo-se comunicação ao registrador que realizou o assento primitivo, que averbará o cancelamento do registro do adotado, ainda que a ordem judicial silencie a respeito.
- 92** Anotação é o ato praticado pelo oficial, à margem do assento de nascimento, de óbito ou de casamento, que consiste em remissões recíprocas dos registros e averbações, com a finalidade de modificar ou cancelar o registro existente.

Com relação aos serviços notariais e de registro, julgue os itens subseqüentes.

- 93** Para o reconhecimento de firma, qualquer que seja o documento, não se exige do notário a análise da forma e do objeto do documento apresentado, mas tão-somente de seus aspectos extrínsecos, ou seja, a autenticidade da assinatura e a capacidade do agente.
- 94** Os registros de imóveis e os registros civis de pessoas naturais são submetidos às normas que definem as circunscrições geográficas, ao contrário do registro civil de pessoas jurídicas e de títulos e documentos, cuja escolha é livre. Assim, circunscrição, para efeitos registrários, é a área determinada em lei e atribuída ao registro de imóveis e ao registro civil de pessoas naturais.
- 95** Todos os atos de atribuição dos tabeliães de notas podem ser delegados aos seus prepostos, com exceção do testamento público, que é de atribuição exclusiva daquele que estiver no exercício da função notarial.
- 96** Apenas um dos escreventes substitutos deve, a todo tempo, ter designação expressa, informada ao juízo competente, para substituir o titular em suas ausências e impedimentos.
- 97** A fiscalização judiciária incide sobre o exercício das atribuições e competência dos notários e registradores e, se o juiz verificar a existência de crime de ação pública, remeterá ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

No que se refere à organização e à divisão judiciária do estado de Sergipe, julgue os itens que se seguem.

- 98** O presidente do tribunal estadual de Sergipe será eleito por dois anos, por voto da maioria dos integrantes do Conselho Especial. Uma das atribuições do presidente eleito é indicar e nomear o vice-presidente que irá substituí-lo nas ausências, impedimentos e suceder-lhe no caso de vacância.
- 99** O corregedor-geral da justiça será eleito pelo prazo previsto para o mandato do presidente. Compete-lhe a fiscalização, a disciplina e a orientação administrativa, além da incumbência da correição permanente dos serviços judiciários de primeira instância.
- 100** Os notários ou oficiais registradores não podem contratar para desempenhar a atribuição de escrevente ou de seu substituto legal pessoas com quem mantenham relação de parentesco, seja consanguíneo ou por afinidade. Os referidos servidores também não podem exercer suas atribuições na mesma comarca em que o juiz ou o promotor de justiça seja seu cônjuge ou seu parente em linha reta.